



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO NA LOCALIDADE DE LINHA CAMPO BONITO PICADINHA (LANE), CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA BEM COMO OS DOCUMENTOS ELABORADOS PELA ENGENHARIA;

1.2. O prazo do contrato será de 12 meses a contar da data da ordem de início, sendo que o prazo para execução será de 60 (sessenta) dias conforme cronograma físico financeiro;

1.3. Ambos os prazos poderão ser prorrogados, desde que solicitado durante a vigência do período anterior e mediante justificativa da futura contratada.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação faz-se necessária para atender a demanda de fornecimento de água potável aos moradores da Comunidade de Linha Campo Bonito Picadinha (Lane), no Interior do Município;

2.2. Demais requisitos de fundamentação e da necessidade da contratação encontram-se descritas junto a Estudo Técnico Preliminar.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta é a contratação de empresa para prestação de serviços de execução de poço tubular profundo na Localidade de Linha Campo Bonito Picadinha conforme as especificações/condições descritas neste Estudo, Termo de Referência, Edital e documentos de engenharia que farão parte do processo de licitação;

3.2. A contratada deverá realizar a manutenção, assistência técnica e garantia dos serviços/materiais pelo período mínimo de 12 meses a contar do recebimento definitivo do objeto.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto da contratação têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021;

4.2. O contratado deverá fornecer equipamentos e mão de obra que atenda as especificações contidas na descrição detalhada dos itens/serviços solicitados. Os materiais deverão ser novos e de acordo com as normas técnicas em vigor. Para qualificação técnica sugere-se a exigência de apresentação de CATs (Certidões de acervo técnico) devidamente registradas no órgão competente para os serviços de execução semelhantes aos que serão executadas na obra em questão. Por semelhantes entendem-se os serviços de execução de poços tubulares profundos;

4.3. Da empresa contratada também deverá ser exigida apresentação do responsável técnico pela execução, sendo este o responsável por possuir as CATs supracitadas bem como pela emissão da ART (anotação de responsabilidade técnica) ou documento equivalente;

4.4. A futura Contratada deverá ainda oferecer itens e materiais que estejam dentro das normas e que atendam aos padrões de segurança do trabalho, oportunizando aos usuários conforto e bem estar quando da realização de suas atividades;

4.5. O licitante vencedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços prestados, também deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

4.6. A contratada deverá disponibilizar todo corpo técnico especializado, para o fornecimento dos serviços, sem qualquer ônus adicional ao Município, devendo providenciar a adequada destinação ambiental de eventuais resíduos decorrentes dos serviços prestados;

4.7. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das Propostas de Preços;

4.8. A empresa registrada no Contrato deverá prestar somente os serviços que atendam integralmente às características e especificações consignadas em sua proposta comercial, atendendo toda a legislação pertinente em vigor, bem como observando as condições e prazos propostos, assumindo toda e qualquer responsabilidade por sua integridade;

4.9. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

preço global, conforme artigos 6º, XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021;

4.10. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar a título de habilitação, os documentos jurídicos, técnicos e trabalhistas nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O serviço será prestado na Comunidade de Linha Campo Bonito Picadinha, situada na zona rural do Município de Itapuca/RS;

5.2. Início da execução do objeto: Após a emissão da ordem de início com conclusão em até 60 (sessenta) dias conforme cronograma;

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os profissionais, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário, sem qualquer ônus adicional ao Município.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os serviços serão prorrogados pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

6.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA**

6.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

6.10. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução dos serviços, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento do objeto, mediante a emissão do boletim de medição conforme cronograma de execução;

7.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela mesma empresa (razão social e CNPJ) que se habilitou a apresentou a proposta financeira para este processo;

7.3. A Nota Fiscal emitida pela licitante vencedora poderá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão e Contrato, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

7.3.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata;

7.4. O pagamento será efetuado via transferência bancária ou boleto, para tanto, informações da conta deverão ser disponibilizadas na proposta financeira;

7.5. O preço cotado deverá ser fixo e irreeajustável até a entrega total do objeto;

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou na inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

7.7. A dotação orçamentária correrá por conta de verbas codificadas sob o número adiante descrito:

06 - Secretaria Municipal de Obras.

1004 - Ampliação e Melhoria do Sistema de Água.

449051-1500/0001 - OBRAS E INSTALAÇÕES.

7.8. Para pagamento da primeira parcela, será exigido a ART ou RRT da Execução Total da Obra;

OBS.1: O Município poderá a cada nota fiscal emitida pela Contratada solicitar a apresentação das guias de recolhimento do FGTS e INSS dos colaboradores alocados na obra referente ao mês anterior;

OBS.2: Nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil e de acordo com a tese fixada no Tema nº. 1130 da Repercussão Geral do STF que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pela Administração Municipal a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, para fins de imposto de renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I da Constituição Federal, nas contratações de empresas enquadradas no sistema de lucro presumido ou lucro real, será observado o disposto no art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/96 e também a Instrução



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, devendo a empresa destacar o valor a ser retido, na respectiva Nota Fiscal, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 2º da IN 1234/2012;

OBS.3: Para fins de conhecimento, informa-se que a Lei Municipal nº 2.718 de 29 de agosto de 2025 alterou a base de cálculo do ISS dos subitens 7.02 e 7.05 para o preço total do serviço prestado, incluindo o material empregado no serviço, atendendo posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, as notas fiscais emitidas para o Município de Itapuca, a contar de 1º de janeiro de 2026, deverão destacar corretamente a retenção do ISS, conforme lei aprovada.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, da forma eletrônica, sendo adotada a modalidade de Pregão, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**;

8.2. O fornecedor que apresentar a melhor proposta deverá apresentar os seguintes documentos para comprovar sua **Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista e Técnica**:

8.2.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.2.1.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá enviar os documentos no prazo a ser estipulado em edital conforme abaixo:

8.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA E TÉCNICA:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor;

d) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame;

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.2.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

8.2.5. DECLARAÇÕES:

a) Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa;

b) Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is);

c) Declaração conjunta;

d) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

8.2.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.2.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.2.8. AUTENTICAÇÕES E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS:

- a) Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto os emitidos via internet.
- b) A autenticação dos documentos feita por servidor municipal somente será realizada mediante apresentação do documento original.
- c) Caso a licitante não autentique os documentos nesta Prefeitura, deverá fazê-lo em cartório, ou poderá apresentar declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme permissivo constante no art. 12, IV, da Lei 14.133/21.
- d) Não serão feitas cópias de documentos na Prefeitura.
- e) Os documentos que requerem assinatura do representante da empresa, tais como a proposta e as declarações, devem ser assinados com a utilização de certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), ou com a utilização de assinatura eletrônica avançada gov.br.

8.3. PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, DEVERÁ SER APRESENTADA:

- a) Comprovante de registro/inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia competente;
- b) Comprovante de registro/inscrição do profissional responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia competente (Geólogo e/ou Engenheiro de Minas);
- c) Comprovar que possui capacidade técnica operacional ou empresarial e profissional dos responsáveis técnicos da empresa, por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho Regional Competente, que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

comprove experiência na execução de serviço com características iguais ou semelhantes ao objeto deste termo de referência;

d) Atestado/cadastro junto ao DRH (Departamento de Recursos Hídricos) do Estado do Rio Grande do Sul.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a presente contratação almejada, estima-se o valor total de **R\$ 106.253,27** (cento e seis mil duzentos e cinquenta e três reais, vinte e sete centavos), conforme a média apurada nos orçamentos referenciais, mais a aplicação do BDI que é de 20,80% conforme tabela em anexo;

9.2. A pesquisa de preços fora realizada nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

06 - Secretaria Municipal de Obras.

1004 - Ampliação e Melhoria do Sistema de Água.

449051-1500/0001 - OBRAS E INSTALAÇÕES.

Itapuca/RS, 04 de novembro de 2025.

Elizandro Ferreira Taborda
Secretário Municipal de Obras

Renato Reck
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão